

A IGREJA DE SÃO MIGUEL ARCANJO ATRAVÉS DOS RELATOS DE VIAJANTES: COTEJAMENTO DOCUMENTAL E CORREÇÕES HISTORIOGRÁFICAS (1756-1937)

THE CHURCH OF SÃO MIGUEL ARCANJO THROUGH TRAVELERS' ACCOUNTS: DOCUMENTARY COMPARISON AND HISTORIOGRAPHICAL CORRECTIONS (1756-1937)

Diego Giovani Bonifácio¹

RESUMO

Este artigo realiza o cotejamento sistemático de vinte e três relatos que descreveram a igreja de São Miguel Arcanjo entre 1756 e 1937, analisando convergências e dissonâncias nas descrições arquitetônicas. Organizado em três períodos históricos – templo em funcionamento (1756-1801), ruína progressiva (1789-1900) e consolidação patrimonial (1937) –, o estudo emprega análise estratigráfica na qual cada relato constitui uma camada temporal de observação. A investigação concentra-se especialmente na questão da configuração das torres da fachada principal, demonstrando que interpretações historiográficas consolidadas sobre a existência de duas torres carecem de respaldo documental. Quatro relatos de observadores que examinaram o templo ainda intacto ou em ruína inicial (1756-1858) especificam explicitamente a presença de uma única torre localizada do lado direito da fachada, enquanto nenhum documento menciona duas torres. O cotejamento revela convergências notáveis em aspectos como frontão triangular, dimensões (aproximadamente 350x120 palmos), materialidade (cantaria de arenito sem argamassa) e espacialidade (três naves). Os resultados evidenciam a necessidade de submeter leituras canônicas ao crivo documental sistemático e destacam a relevância metodológica do cotejamento de fontes para o refinamento do conhecimento sobre a arquitetura missioneira.

Palavras-chave: Missões Jesuíticas. São Miguel Arcanjo. Relatos de viajantes. Historiografia da arquitetura. Patrimônio cultural.

1 Mestre em Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), especialista em Design de Interiores pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC Piracicaba, 2017) e graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual de Londrina (2013). É docente dos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Einstein Faculdades Integradas e do curso de Design de Interiores da Faculdade de Administração e Artes de Limeira. Desenvolve pesquisas em arquitetura e urbanismo, design de interiores e de objetos, processos criativos, métodos de projeto, teoria e história da arquitetura, arte e arquitetura barroca na América do Sul, integrando desde 2016 o projeto Barroco cifrado: pluralidade cultural na arte e na arquitetura das missões jesuíticas no estado de São Paulo (1549-1759) (FAU-USP/FAPESP). Possui experiência profissional em projetos arquitetônicos comerciais e residenciais, design de interiores e produção de material didático na área de design comercial.

ABSTRACT

This article systematically compares twenty-three accounts describing the church of São Miguel Arcanjo between 1756 and 1937, analyzing convergences and dissonances in architectural descriptions. Organized into three historical periods – functioning temple (1756-1801), progressive ruin (1789-1900), and heritage consolidation (1937) – the study employs stratigraphic analysis in which each account constitutes a temporal observation layer. The investigation particularly focuses on the configuration of the main façade's towers, demonstrating that consolidated historiographical interpretations regarding the existence of two towers lack documentary support. Four accounts from observers who examined the temple while still intact or in early ruin (1756-1858) explicitly specify the presence of a single tower located on the right side of the façade, while no document mentions two towers. The comparison reveals notable convergences in aspects such as triangular pediment, dimensions (approximately 350x120 palms), materiality (sandstone ashlar without mortar), and spatiality (three naves). Results highlight the need to submit canonical readings to systematic documentary scrutiny and emphasize the methodological relevance of source comparison for refining knowledge about mission architecture. The article is based on research developed in the dissertation "The Architectural Design of the Jesuit-Guarani Temple of São Miguel Arcanjo" (BONIFÁCIO, 2024) and is part of the 400th anniversary celebrations of the Jesuit Missions.

Keywords: Jesuit Missions. São Miguel Arcanjo. Travelers' accounts. Historiography of architecture. Cultural heritage.

INTRODUÇÃO

O ano de 2026 marca os quatrocentos anos desde a fundação das primeiras reduções jesuítico-guaranis no território do atual Rio Grande do Sul, processo que consolidou uma das experiências mais significativas de interação cultural e produção arquitetônica da América colonial. Entre os trinta povos missionários estabelecidos entre os rios Uruguai e Paraná, São Miguel Arcanjo destaca-se como um dos exemplares mais preservados, reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Mundial desde 1983.

A igreja de São Miguel, em sua quinta e definitiva versão construída aproximadamente entre 1735 e 1745 sob o risco atribuído por parte dos estudiosos missionários ao arquiteto milanês Giovanni Battista Primoli, representa o ápice técnico e estético da arquitetura missionária da última fase das missões. Executada em cantaria de arenito por mão de obra guarani, a edificação materializou a síntese entre o repertório clássico europeu e a agência indígena no processo construtivo. A trajetória do templo, contudo, foi marcada por sucessivas transformações: de edifício religioso em pleno uso (1735-1768) passou a ruína progressiva após a expulsão dos jesuítas (1768-1789), sofreu incêndios causados por raios (1789, 1886) e foi finalmente consolidado como monumento nacional pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937-1938.

Esta trajetória de quase dois séculos entre a conclusão da obra e sua patrimonialização foi testemunhada por observadores de diferentes nacionalidades, formações e propósitos. Militares ibéricos que tomaram posse das missões em 1756, naturalistas e médicos viajantes do século XIX, engenheiros demarcadores de fronteiras, religiosos, advogados e, finalmente, arquitetos modernistas produziram relatos que descrevem o templo em suas sucessivas condições. Estes documentos, dispersos em correspondências militares, diários de viagem, relatórios oficiais e publicações científicas, constituem fontes primárias fundamentais para a reconstituição histórica da arquitetura missioneira.

A historiografia consolidada sobre São Miguel baseia-se em grande medida nas interpretações estabelecidas a partir das intervenções do SPHAN iniciadas em 1937 sob coordenação de Lúcio Costa. A documentação produzida por Costa e pelo arquiteto Lucas Mayerhofer estabeleceu parâmetros interpretativos que influenciaram decisivamente as leituras posteriores do conjunto arquitetônico (Bonifácio, 2024, p. 117-122). No entanto, as descrições dos viajantes que observaram o templo antes das intervenções modernistas revelam aspectos da edificação original que foram alterados, suprimidos ou reinterpretados ao longo do processo de patrimonialização.

Um exemplo paradigmático das lacunas e imprecisões historiográficas diz respeito à configuração das torres da fachada principal. Parte da bibliografia especializada afirma que o projeto de Primoli previa duas torres sineiras simétricas, das quais apenas uma teria sido executada ou concluída. Outros autores sustentam que sempre existiu apenas uma torre, situada do lado direito da fachada. Esta divergência, longe de constituir mera questão descritiva, aponta para problemas metodológicos fundamentais sobre o uso e o cotejamento de fontes documentais na história da arquitetura.

A presente investigação identifica na sistematização de vinte e três relatos produzidos entre 1756 e 1937 que contêm descrições arquitetônicas da igreja. Este *corpus* documental, embora parcialmente conhecido pela historiografia especializada, nunca foi submetido a cotejamento sistemático que permitisse identificar convergências descritivas estáveis e analisar criticamente as dissonâncias observadas.

O presente artigo tem como objetivo central realizar o cotejamento destes vinte e três relatos, identificando aspectos arquitetônicos recorrentes e analisando as dissonâncias descritivas com ênfase no caso exemplar da configuração das torres. Como objetivos específicos, busca-se: (a) organizar cronologicamente o *corpus* documental em três períodos correspondentes às condições de observação do edifício; (b) identificar e mapear convergên-

cias nas descrições de elementos arquitetônicos fundamentais; (c) analisar as divergências sobre a configuração das torres à luz dos documentos primários; (d) avaliar as implicações destas análises para a historiografia da arquitetura missioneira.

A investigação justifica-se pela necessidade de submeter interpretações historiográficas consolidadas ao crivo documental, demonstrando a relevância do método comparativo como ferramenta de refinamento do conhecimento histórico.

1 METODOLOGIA

1.1 CONSTITUIÇÃO E PERIODIZAÇÃO DO *CORPUS* DOCUMENTAL

O *corpus* analisado compreende vinte e três relatos que descrevem aspectos arquitetônicos da igreja de São Miguel Arcanjo entre 1756 e 1937. Privilegiou textos que apresentam informações descritivas específicas sobre elementos construtivos – fachada, torres, cúpula, dimensões, materialidade, estado de conservação – em detrimento de referências genéricas ou meramente contextuais ao conjunto missioneiro.

Os relatos foram organizados em três períodos cronológicos correspondentes a distintas condições físicas e funcionais do edifício:

Período I – Templo em funcionamento e abandono inicial (1756-1801): Compreende onze relatos produzidos desde as primeiras descrições jesuíticas da construção até as últimas décadas do século XVIII. Inclui a carta do Padre Pedro Romero sobre a primeira igreja de madeira (1634), o testemunho do jesuíta László Orosz durante a construção da quinta igreja (1739), a descrição do Padre José Cardiel após a conclusão da obra (1747), os quatro relatos militares produzidos imediatamente após a batalha de Caiboaté (1756) – Don Francisco Graell, Gomes Freire de Andrade, capitão Jacinto Rodrigues da Cunha e José Custódio de Sá e Faria -, o inventário jesuítico da expulsão (1768), e os registros dos engenheiros demarcadores José Maria Cabrer (1783-1801) e Félix de Azara (1781).

Período II – Ruína progressiva (1789-1900): Engloba dez relatos de viajantes, naturalistas e estudiosos que visitaram o templo já em estado de ruína após o incêndio de 1789 que destruiu a cúpula e o telhado. Incluem-se os testemunhos do botânico Augustin de Saint-Hilaire (1821), do tenente-coronel Manoel da Silva Pereira (1827), do botânico Aimé Bonpland (1831), do Barão de São Leopoldo José Feliciano Fernandes Pinheiro (1839), do médico Alfred Demersay (1846), do advogado Hemetério José Velloso da Silveira (1855), do médico Jean Antoine Victor de Martin de Moussy (1856), do médico Robert Avé-Lallemant (1858), do padre Jean Pierre Gay (1861) e do

naturalista Juan Bautista Ambrosetti (1892).

Período III – Consolidação patrimonial (1937): Abrange os estudos técnicos realizados pelo SPHAN sob coordenação do arquiteto Lúcio Costa e do arquiteto Lucas Mayerhofer, marcando a transformação da ruína em monumento nacional tombado.

1.2 MÉTODO DE ANÁLISE: COTEJAMENTO ESTRATIGRÁFICO

O cotejamento dos relatos seguiu método de análise estratigráfica, no qual cada documento é tratado como uma camada temporal de observação que se sobrepõe às anteriores, revelando permanências, transformações e lacunas descritivas. Esta abordagem parte do pressuposto de que a sucessão de olhares sobre um mesmo objeto arquitetônico constitui, em si, um processo de construção historiográfica que merece ser explicitado e problematizado.

Foram estabelecidas cinco categorias analíticas aplicadas sistematicamente a todos os relatos:

1. **Torres:** número, posição, estado de conservação, altura, elementos associados (sinos, escadas, relógio)
2. **Frontão e fachada:** configuração, ordenação, ornamentação, iconografia
3. **Cúpula/zimbório:** presença/ausência, localização, material construtivo
4. **Revestimentos:** referências a cores, rebocos, tabatinga, caiação
5. **Dimensões:** medidas fornecidas e percepções comparativas de escala

As informações foram organizadas em quadro comparativo (Anexo A) que permite identificar padrões recorrentes e pontos de divergência. As dissonâncias identificadas foram submetidas a três hipóteses explicativas: (a) variação real do objeto observado devido a transformações físicas ocorridas entre as datas de observação; (b) diferenças de posicionamento espacial ou condições de visibilidade do observador; (c) interferência de conhecimentos prévios ou expectativas culturais na percepção e registro.

1.3 TRATAMENTO DAS FONTES E LIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Os relatos foram acessados por meio de sistematização documental previamente realizada, que reúne fontes primárias dispersas e apresenta as citações em tradução para o português quando os originais encontram-se em espanhol, italiano ou francês. Reconhece-se que relatos de viajantes

apresentam limitações inerentes como fonte documental, entre as quais a subjetividade descritiva, a formação cultural heterogênea dos observadores, os distintos propósitos de registro — científico, administrativo, memorialístico ou militar — e a possível contaminação por informações de terceiros ou por leituras prévias.

Contudo, é precisamente a multiplicidade de olhares e a distância temporal entre as observações que conferem valor heurístico ao cotejamento, permitindo distinguir características estruturais estáveis de interpretações contingentes ou percepções individuais. A análise não pretende estabelecer uma “verdade definitiva” sobre a configuração original do templo, mas sim evidenciar os processos pelos quais determinadas leituras se consolidaram na historiografia, questionando naturalizações que podem obscurecer a complexidade histórica do objeto arquitetônico.

A ausência de iconografia contemporânea à construção do templo – não se conhecem plantas, elevações ou cortes produzidos no século XVIII – reforça a importância dos relatos textuais como única fonte documental primária disponível para aspectos específicos da edificação. O desenho de Cabrer (1783-1801) constitui exceção parcial.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 O CASO DA SEGUNDA TORRE: ANÁLISE DAS DISSONÂNCIAS REVELADORAS

A questão da configuração das torres da igreja de São Miguel Arcanjo constitui caso exemplar de divergência historiográfica que pode ser elucidada através do cotejamento sistemático das fontes primárias. Parte da bibliografia especializada sobre as missões jesuítico-guaranis afirma que o risco de Primoli previa duas torres sineiras simétricas flanqueando a fachada principal, das quais apenas uma teria sido executada ou concluída. Esta interpretação, embora difundida, carece de respaldo documental quando os relatos são examinados criticamente.

2.2 RELATOS QUE ESPECIFICAM EXPLICITAMENTE UMA ÚNICA TORRE

Quatro observadores que examinaram o templo em condições que permitiam verificação direta da configuração das torres – dois em 1756 quando a igreja estava recém-abandonada, mas estruturalmente íntegra, e dois no século XIX quando a ruína ainda mantinha a fachada completa – especificam de forma inequívoca a presença de uma única torre localizada

do lado direito da fachada.

O capitão Jacinto Rodrigues da Cunha, que integrava as forças militares portuguesas que tomaram posse de São Miguel em maio de 1756, produziu o relato arquitetônico mais detalhado do Período I. Ao descrever o alpendre de entrada, Cunha especifica: “continuando até o segundo corpo com três pilares, fazendo os lados do mesmo alpendre, dous corpos com arcos, e columnas, findando o da parte esquerda da igreja com o seguimento dos balaústres do tympano, e o da direita é o primeiro corpo da torre (onde tem seis sinos)” (Revista Do Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro, 1853, p. 289-293, *apud* Bonifácio, 2024, p. 87, grifo nosso).

A formulação é precisa: o lado esquerdo da fachada finaliza com balaústres, enquanto o lado direito apresenta o primeiro corpo da torre. Cunha prossegue detalhando as dimensões: “Altura da torre até o primeiro sobrado, trinta e quatro palmos. Altura d’este até o das signeiras vinte e sete. Altura de toda a torre sessenta e um palmos; sua largura trinta e seis palmos” (Revista Do Instituto Histórico E Geográfico Brasileiro, 1853, p. 289-293, *apud* Bonifácio, 2024, p. 88). O uso consistente do singular e a especificação dimensional de uma única estrutura não deixam margem para interpretação ambígua.

José Custódio de Sá e Faria, outro militar português presente na mesma ocasião, corrobora a descrição: “A torre era suficiente (61 palmos [14m] de alto; 36 [8m] em quadro), também de cantaria, na qual se acharam 6 sinos, 2 maiores e quatro pequenos” (Golin, 1999, p. 493, *apud* Bonifácio, 2024, p. 88). O adjetivo “suficiente” aplicado a uma torre no singular, seguido de medidas específicas, reforça a configuração assimétrica da fachada.

Mais de um século depois, quando o templo já se encontrava em ruína avançada, mas a fachada ainda mantinha sua configuração essencial, o médico alemão Robert Avé-Lallemant fornece testemunho inequívoco: “A tôrre do lado direito da igreja ainda se acha de pé, com três andares e cêrca de 110 pés de altura por 40 de largura e de espessura. É tôda ornada de meias colunas, vários trabalhos em pedra e bonitos relevos” (Avé-Lallemant, 1953, p. 220, *apud* Bonifácio, 2024, p. 99, grifo nosso).

A especificação “do lado direito” não seria necessária caso existissem duas torres simétricas – neste cenário, bastaria referir-se a “uma das torres” ou “as torres”. A necessidade de localização lateral indica configuração assimétrica. O botânico Augustin de Saint-Hilaire, visitando as ruínas em 1821, também menciona: “A igreja, construída pelos jesuítas, inteiramente de pedra, possui uma torre que servia de campanário” (Saint-Hilaire, 2002, p. 373, *apud* Bonifácio, 2024, p. 91-92).

2.2 RELATOS QUE MENCIONAM TORRE(S) SEM ESPECIFICAÇÃO CLARA

Diversos outros observadores mencionam a torre ou as torres sem fornecer especificações que permitam determinar inequivocamente o número. O Barão de São Leopoldo registra: “A torre era também de pedra com seis sinos” (Pinheiro, 1839, p. 84-85, *apud* Bonifácio, 2024, p. 93). O padre Jean Pierre Gay escreve: “A torre era de pedra e tinha seis sinos, bem que inclinada ella se acha ainda em pé” (GAY, 1863, p. 368-369, *apud* BONIFÁCIO, 2024, p. 100).

Juan Bautista Ambrosetti, em 1892, menciona: “En la torre, también de piedra, había seis campanas” (Ambrosetti, 1892, p. 51-54, *apud* Bonifácio, 2024, p. 100-101). Hemetério José Velloso da Silveira, cujo relato de 1855 é o mais extenso entre os observadores do século XIX, refere-se consistentemente à torre no singular ao descrever o relógio de madeira e as escadarias internas, mas não explicita a ausência de uma segunda torre (Silveira, p. 189-193, *apud* Bonifácio, 2024, p. 94-96).

A ausência significativa: nenhum relato menciona duas torres

O dado mais significativo do cotejamento é negativo: nenhum dos vinte e três relatos examinados menciona explicitamente a existência de duas torres, seja afirmando que ambas foram concluídas, seja registrando que uma permaneceu inacabada. Esta ausência é particularmente notável nos relatos militares de 1756, produzidos por quatro observadores diferentes que examinaram o templo com propósitos de inventário e avaliação. Caso o projeto previsse ou a construção tivesse iniciado uma segunda torre, seria esperável que ao menos um dos militares – cuja função incluía avaliar o valor da edificação – mencionasse esta característica.

Don Francisco Grael, representante da coroa espanhola, descreve: “A igreja é muito grande, toda de pedra grés, com três naves em ‘meia laranja’, muito bem pintada e dourada, com um pórtico magnífico e de belíssima arquitetura” (Grael, 1998, p. 89, *apud* Bonifácio, 2024, p. 86). A ausência de menção às torres em uma descrição que valoriza elementos distintivos sugere que a configuração assimétrica não era considerada deficiência digna de nota.

O padre José Cardiel, que conheceu o templo em 1747 imediatamente após sua conclusão e que havia acompanhado de perto o processo construtivo das missões, não menciona torres em sua descrição, concentrando-se na cantaria, nas dimensões e no fato de que “no cruzeiro há três altares esculpidos, dois em estilo italiano, também dourados” (Cardiel, 1946, p. 198, *apud* Bonifácio, 2024, p. 84-85).

Hipóteses interpretativas para a dissonância historiográfica

A discrepância entre a documentação primária – que aponta consistentemente para uma única torre – e a interpretação historiográfica que pressupõe duas torres simétricas previstas em projeto admite três hipóteses explicativas.

A primeira hipótese seria a perda documental: supostamente existiriam fontes primárias hoje desconhecidas que mencionariam a segunda torre projetada ou em construção. Esta hipótese é enfraquecida pela quantidade e diversidade dos relatos conhecidos. A existência de vinte e três documentos independentes, produzidos por observadores de diferentes nacionalidades, formações e propósitos ao longo de 181 anos, sem que nenhum mencione duas torres, torna improvável que documentos perdidos contradissem unanimemente este padrão.

A segunda hipótese remete à expectativa tipológica: observadores e historiadores posteriores, familiarizados com o padrão arquitetônico de igrejas barrocas com fachadas simétricas flanqueadas por duas torres, teriam projetado esta expectativa sobre São Miguel, interpretando a configuração assimétrica como resultado de execução incompleta. Esta hipótese encontra respaldo na história da arquitetura colonial, onde frequentemente se atribuem assimetrias a limitações técnicas ou econômicas, desconsiderando a possibilidade de que a assimetria fosse intencional ou resultasse de adaptações programáticas.

A terceira hipótese considera a influência de comparações com outras igrejas missionárias. A igreja de São Miguel é frequentemente comparada à de Trinidad, no Paraguai, também projetada por Primoli. Caso Trinidad apresentasse duas torres – questão que demandaria verificação documental própria – esta configuração poderia ter sido retroprojetada sobre São Miguel por historiadores que tratam ambas as igrejas como variações de um mesmo partido arquitetônico.

Implicações para a historiografia da arquitetura missionária

O caso da segunda torre de São Miguel exemplifica como interpretações historiográficas podem se consolidar e se reproduzir sem adequado respaldo documental. A importância desta correção transcende a mera questão descritiva: afeta a compreensão do risco atribuído a Primoli, das relações entre modelo clássico e adaptação local, e das próprias capacidades técnicas e artísticas da mão de obra guarani.

Se a igreja foi projetada e executada com uma única torre lateral, isto pode indicar adaptação funcional (uma torre era suficiente para os seis

sinos mencionados) ou mesmo escolha estética que privilegiava a assimetria dinâmica sobre a simetria estática. A hipótese de “projeto incompleto” ou “execução interrompida” perde sustentação diante do testemunho de Cardiel, que em 1747 registra a igreja recém-concluída sem mencionar qualquer incompletude, e diante da avaliação do engenheiro-chefe do exército em 1756, que estima o valor da igreja em “um milhão de pesos” (Cardiel, 1994, p. 65, *apud* Bonifácio, 2024, p. 88).

O cotejamento documental demonstra, portanto, a necessidade de submeter interpretações estabelecidas ao crivo sistemático das fontes primárias, especialmente quando múltiplos documentos independentes convergem para uma leitura distinta daquela consagrada pela historiografia.

2.2 TRANSFORMAÇÃO DO OLHAR: DO TEMPLO RELIGIOSO AO MONUMENTO PATRIMONIAL

Para além das convergências e dissonâncias descritivas, o cotejamento dos relatos revela transformações qualitativas na percepção e valoração da igreja de São Miguel ao longo de quase dois séculos. Os observadores não apenas registram aspectos físicos do edifício, mas expressam juízos de valor, estabelecem comparações e atribuem significados que variam conforme o contexto histórico e cultural de observação. Três modalidades distintas de olhar podem ser identificadas, correspondendo aproximadamente aos três períodos de análise.

O olhar funcional e avaliativo: o templo como obra (1756-1801)

Os relatos do Período I, produzidos por jesuítas envolvidos na construção ou por militares encarregados de inventariar os bens das missões, caracterizam-se por abordagem funcional que valoriza aspectos técnicos, dimensionais e econômicos da edificação. O padre László Orosz, visitando a obra em andamento em 1739, enfatiza a capacidade construtiva dos indígenas: “Eles já fizeram grandes avanços na arte da arquitetura. Eles construíram suas imponentes igrejas de acordo com todas as regras artísticas e as decoram com pompa e suntuosidade” (Orosz, 1984, p. 68, *apud* Bonifácio, 2024, p. 84).

O padre Cardiel, após a conclusão, estabelece critérios de avaliação baseados em solidez e durabilidade: “embora sem cal, pode ser perpétuo devido à grande habilidade do mestre” (Cardiel, 1953, *apud* Gutiérrez, 2005, p. 307, *apud* Bonifácio, 2024, p. 85). A menção ao milhão de pesos como valor atribuído por engenheiros militares em 1756 inscreve a igreja em sistema de

equivalências econômicas, tratando-a como bem mensurável.

Os militares portugueses e espanhóis que tomam posse das missões em 1756 produzem descrições minuciosas voltadas para inventário patrimonial. O capitão Cunha fornece medidas precisas de cada elemento arquitetônico – altura dos arcos, espessura dos pilares, dimensões da torre – seguindo protocolo de levantamento que visa subsidiar decisões administrativas sobre a gestão do território conquistado. José Custódio de Sá e Faria explicita este propósito ao avaliar que “o prospecto da frente era composto de cinco arcos de pedraria de ordem coríntia... de belíssimo gosto” (Golin, 1999, p.493, *apud* Bonifácio, 2024, p. 88), combinando descrição técnica com juízo estético que valida o investimento realizado.

Neste período, o templo é percebido como obra recente, resultado de esforço coletivo mensurável em tempo de trabalho (“mil índios por dez anos”, segundo Cardiel) e em recursos materiais. Não há ainda a nostalgia da ruína nem a sacralização patrimonial: a igreja é edifício funcional, valorizado por sua solidez construtiva e adequação litúrgica.

O olhar romântico: a ruína como sublime e melancolia (1789-1900)

Os relatos do Período II, produzidos após os incêndios de 1789 e 1886, revelam transformação radical na percepção do edifício. A igreja deixa de ser obra técnica para tornar-se ruína eloquente, objeto de contemplação estética atravessado por sentimentos de melancolia, sublime e reflexão sobre a passagem do tempo.

Augustin de Saint-Hilaire, em 1821, lamenta o abandono e critica a inação das autoridades: “João de Deus, um dos primeiros governadores portugueses desta província, pretendia fazer reparos neste edifício; juntou materiais, gastou muito dinheiro, mas com a mudança de governo, o sucessor não aprovou o seu projeto” (Saint-Hilaire, 2002, p. 373, *apud* Bonifácio, 2024, p. 91-92). A narrativa da tentativa frustrada de restauração introduz tema da negligência administrativa que será recorrente nos relatos oitocentistas.

Robert Avé-Lallemant, em 1858, produz descrição emblemática da sensibilidade romântica diante da ruína: “E essa construção, engenhosa e gigantesca, ali estava convertida em tristes ruínas! O tecto dos propileus e da abóbada estavam totalmente desmoronados. No chão da casa de Deus viçava um pequeno bosque, através do qual havia veredas de arco a arco, de pilar a pilar” (Avé-Lallemant, 1953, p. 220, *apud* Bonifácio, 2024, p. 99).

A imagem poética do bosque crescendo no interior da igreja – com

“veredas de arco a arco” que transformam a nave em floresta arquitetônica – expressa a estética romântica da natureza reconquistando a civilização. Avé-Lallemant prossegue: “A torre está rachada em muitos lugares e as colunas e pilastras angulares estão cobertas de fetos, no solo, ao passo que sobre as cornijas, nas fendas das pedras e nas volutas crescem viçosamente cactos gigantes, uma floresta de criptógamas e até árvores[...]. Maravilhosas borboletas esvoaçavam sobre as ruínas e no alto, nos mais elevados pontos, os pássaros da floresta chilreavam a sua canção da tarde sobre a solidão profunda, grave, premonitória” (Avé-Lallemant, 1953, p. 220, *apud* Bonifácio, 2024, p. 99).

Esta descrição opera completa inversão de valores em relação ao período anterior: o que Cardiel e os militares valorizavam como solidez construtiva e ordenação espacial torna-se, para Avé-Lallemant, cenário de entropia sublime onde a vegetação e a fauna recolonizam o edifício. A ruína não é deficiência, mas plenitude estética de outro tipo.

Hemetério José Velloso da Silveira, em 1855, desenvolve o tema da ruína como testemunho histórico e objeto de estudos. Seu extenso relato demonstra familiaridade com bibliografia prévia (menciona explicitamente Demersay e Pinheiro) e postura investigativa que coteja fontes: “Não eram cinco altares, como afirmou a pessoa, a quem se referiu o Visconde de São Leopoldo, porém, nove que, apesar de consumidos pelo incêndio e pela intempérie, ainda deixam visíveis, como examinamos, resto de obra de talha embutidos nas paredes” (Silveira, 1909, p. 189-193, *apud* Bonifácio, 2024, p. 95-96).

Silveira representa transição entre o viajante romântico e o estudioso sistemático: combina descrição poética da ruína com verificação empírica e correção de informações imprecisas em relatos anteriores. Sua menção ao relógio de madeira na torre – detalhe único entre todos os observadores – sugere observação atenta a elementos que escaparam a outros visitantes.

Juan Bautista Ambrosetti, em 1892, expressa preocupação preservacionista *avant la lettre*: “Este templo poderia ser preservado como está, se o governo se resignasse a gastar um pouco para limpar as ervas daninhas e proibisse os vizinhos de escavá-lo” (Ambrosetti, 1892, p. 51-54, *apud* Bonifácio, 2024, p. 100-101). A ruína não deve ser reconstruída, mas estabilizada em seu estado atual – princípio que antecipa as teorias de restauro que orientarão a intervenção do SPHAN décadas depois.

O olhar técnico-patrimonial: o monumento como documento (1937)

A intervenção de Lúcio Costa em 1937 marca ruptura epistemológica na percepção de São Miguel. O templo deixa de ser ruína melancólica contemplada por viajantes para tornar-se monumento nacional, objeto de políticas públicas de preservação e documento material da história brasileira.

O relatório de Costa apresenta linguagem técnica que contrasta radicalmente com as descrições poéticas do século XIX: “Do colégio estão de pé alguns panos mal ajustados de paredes e encontram-se, espalhadas por toda a redondeza, inúmeras bases - todas com o característico encaixe quadrangular - pertencentes aos pilares do alpendrado que circundava as casas dos índios e cujo intercolúnio era de 5m.” (Costa, 1995, p. 490-492, *apud* Bonifácio, 2024, p. 120-121).

A precisão dimensional (“5m”), o vocabulário especializado (“intercolúnio”, “encaixe quadrangular”) e a atenção aos vestígios arqueológicos inscrevem São Miguel em sistema de conhecimento arquitetônico erudito. Costa não expressa comoção diante da ruína, mas diagnóstico técnico que fundamentará intervenção racional.

A proposta de consolidação elaborada por Costa baseia-se em princípios que se tornariam canônicos no restauro moderno brasileiro: manutenção do estado de ruína sem reconstruções hipotéticas, limpeza da vegetação invasora, consolidação estrutural mínima, criação de museu no local para abrigar esculturas e elementos arquitetônicos dispersos (Costa, 1995, *apud* Bonifácio, 2024, p. 122).

A transformação de São Miguel em monumento nacional implicou também sua inscrição em narrativa identitária: o templo jesuítico-guarani torna-se símbolo do processo civilizatório colonial, exemplo da contribuição jesuítica à formação cultural brasileira, e testemunho material da capacidade técnica e artística dos povos indígenas. Esta narrativa, embora progressista para seu contexto histórico, opera inevitavelmente seleções e silenciamentos: valoriza a pedra em detrimento do barro, o risco erudito em detrimento da ornamentação popular, a estabilidade estrutural em detrimento da vivacidade cromática original.

O cotejamento dos três períodos revela, portanto, que a história de São Miguel não é apenas história de uma construção física, mas história das sucessivas construções discursivas e valorativas que transformam templo em ruína e ruína em monumento, evidenciando como cada época projeta sobre o edifício suas próprias categorias estéticas, seus valores culturais e suas demandas identitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cotejamento sistemático de vinte e três relatos produzidos entre 1756 e 1937 sobre a igreja de São Miguel Arcanjo permitiu identificar convergências descritivas estáveis, analisar dissonâncias significativas e compreender transformações nas formas de percepção e valoração do templo ao longo de quase dois séculos. Os resultados da investigação evidenciam a relevância do método comparativo como ferramenta de refinamento do conhecimento histórico e apontam para a necessidade de submeter interpretações historiográficas consolidadas ao crivo documental sistemático.

A análise das convergências revelou notável estabilidade em aspectos estruturantes da edificação. O frontão triangular de ordem coríntia é mencionado unanimemente por todos os observadores que descrevem a fachada, estabelecendo consenso sobre a filiação clássica da composição arquitetônica, frontão que Darko Sustersic (1999, p. 68-69) atribui ao Paroquial Francisco Ribera. As dimensões do templo apresentam consistência notável: as medidas de aproximadamente 350 por 120 palmos registradas pelo capitão Cunha em 1756 e pelo Barão de São Leopoldo em 1839 são confirmadas pelo levantamento técnico de Lúcio Costa em 1937 (41,5 por 14,2 metros), demonstrando a confiabilidade dos registros históricos mesmo quando produzidos sem instrumentos de precisão. A materialidade construtiva – cantaria de arenito executada sem argamassa até a cornija – constitui outra convergência absoluta, mencionada por observadores de todas as épocas e nacionalidades.

A questão da configuração das torres, analisada detalhadamente neste estudo, exemplifica como divergências historiográficas podem ser elucidadas através do cotejamento documental. Quatro relatos produzidos por observadores que examinaram o templo em condições que permitiam verificação direta – capitão Jacinto Rodrigues da Cunha (1756), José Custódio de Sá e Faria (1756), Augustin de Saint-Hilaire (1821) e Robert Avé-Lallemant (1858) – especificam explicitamente a presença de uma única torre localizada do lado direito da fachada. Nenhum dos vinte e três documentos examinados menciona a existência de duas torres, seja afirmando que ambas foram concluídas, seja registrando que uma permaneceu inacabada.

Este resultado contradiz interpretações historiográficas que pressupõem duas torres simétricas previstas em projeto, das quais apenas uma teria sido executada. A ausência de qualquer menção a uma segunda torre nos relatos militares de 1756 – produzidos com propósitos de inventário e avaliação por quatro observadores independentes – é particularmente significativa. A hipótese de que a igreja foi projetada e executada com configuração assimétrica intencional ou funcionalmente justificada encontra

maior respaldo documental do que a hipótese de execução incompleta, que não é sustentada por nenhuma evidência primária conhecida.

A identificação desta dissonância entre documentação primária e interpretação historiográfica tem implicações que transcendem a mera correção descritiva. Afeta a compreensão do risco atribuído a Primoli, das relações entre modelo clássico europeu e adaptação às condições locais. Se a assimetria foi escolha projetual e não resultado de limitações construtivas, isto requer reavaliação das leituras que interpretam características das igrejas missionárias como versões empobrecidas ou incompletas de modelos metropolitanos.

A análise da transformação do olhar sobre São Miguel ao longo do tempo evidenciou três modalidades distintas de percepção: o olhar funcional e avaliativo dos jesuítas e militares do século XVIII, que tratavam o templo como obra técnica mensurável em esforço e recursos; o olhar romântico dos viajantes oitocentistas, que transformaram a ruína em objeto de contemplação estética atravessado por sentimentos de sublime e melancolia; e o olhar técnico-patrimonial inaugurado por Lúcio Costa em 1937, que converteu a ruína em monumento nacional e documento material da história brasileira. Estas transformações demonstram que a história de São Miguel não é apenas história de uma construção física, mas história das sucessivas construções discursivas que cada época projeta sobre o edifício.

Do ponto de vista metodológico, a investigação demonstrou a relevância do cotejamento sistemático de fontes como ferramenta de controle epistemológico na história da arquitetura. A multiplicidade de observadores independentes, separados por décadas ou séculos, permite distinguir características estruturais estáveis de percepções contingentes ou interpretações individuais. O método estratigráfico aplicado – tratando cada relato como camada temporal que se sobrepõe às anteriores – revelou-se produtivo para identificar permanências, transformações e lacunas no registro documental.

As limitações do estudo devem ser reconhecidas. A ausência de iconografia contemporânea à construção do templo – plantas, elevações ou cortes produzidos no século XVIII – impede verificação independente de diversos aspectos arquitetônicos mencionados nos relatos textuais. O desenho de Cabrer (1783-1801) constitui exceção parcial.

Pesquisas futuras poderiam expandir o *corpus* documental através de levantamento sistemático em arquivos jesuítas europeus e sul-americanos, onde podem existir correspondências e relatórios ainda não examinados pela historiografia brasileira. A comparação sistemática entre os relatos sobre São Miguel e aqueles referentes a outras igrejas missionárias

– especialmente Trinidad, também risco atribuído a Primoli – permitiria verificar se as características identificadas em São Miguel (torre única, ausência de argamassa, revestimento caiado) constituem singularidades ou padrões compartilhados. O cruzamento entre relatos textuais e evidências arqueológicas obtidas nas escavações realizadas pelo IPHAN poderia elucidar aspectos construtivos mencionados nos documentos, mas não mais visíveis na ruína atual.

O estudo contribui para as comemorações dos quatrocentos anos das Missões Jesuíticas ao demonstrar que mesmo monumentos amplamente estudados como São Miguel ainda reservam questões historiográficas não resolvidas, que podem ser elucidadas através de rigoroso retorno às fontes primárias. A correção da interpretação sobre a configuração das torres exemplifica como o cotejamento documental sistemático pode questionar naturalizações historiográficas e restituir complexidade aos processos históricos de concepção, construção e patrimonialização da arquitetura missioneira.

REFERÊNCIAS

- AMBROSETTI, Juan Bautista. *Misiones jesuíticas argentinas*. Buenos Aires, 1892.
- AVÉ-LALLEMANT, Robert. *Viagem pela Província do Rio Grande do Sul (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1953.
- AZARA, Félix de. *Viajes por la América Meridional*. Madrid: Espasa-Calpe, 1873.
- BONIFÁCIO, Diego Giovani. *O risco arquitetônico do templo jesuítico-guarani de São Miguel Arcaño*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.
- CARDIEL, José. *Las Misiones del Paraguay*. Madrid: Dastin, 1994.
- CARDIFF, Guillermo Furlong. *Misiones y sus pueblos de guaraníes*. Buenos Aires: Balmes, 1946.
- COSTA, Lúcio. *Documentos de trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1995.
- GAY, João Pedro. Invasão paraguaia na fronteira brasileira do Uruguai. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 26, 1863.
- GOLIN, Tau. *A Guerra Guaranítica: como os exércitos de Portugal e Espanha destruíram os Sete Povos dos jesuítas e índios guaranis no Rio Grande do Sul*. Passo Fundo: EDIUPF; Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999.

- GRAEL, Francisco. *La Guerra Guaranítica*. Buenos Aires: Emecé, 1998.
- GUTIÉRREZ, Ramón (org.). *As missões jesuíticas dos guaranis*. Rio de Janeiro: UNESCO; Banco Safra, 2005.
- MAYERHOFER, Lucas. Reconstituição do Povo de São Miguel das Missões. *Revista do SPHAN*, Rio de Janeiro, n. 11, 1947.
- MELIÁ, Bartomeu. *El Guaraní conquistado y reducido*. Asunción: CEADUC, 1997.
- MOUSSY, Jean Antoine Victor de Martin de. *Description géographique et statistique de la Confédération Argentine*. Paris: Firmin Didot, 1864.
- OROSZ, László. *Descripción de la Compañía de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Córdoba: IHCA, 1984.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes (Visconde de São Leopoldo). *Anais da Província de São Pedro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1839.
- PORTO, Aurélio. *História das Missões Orientais do Uruguai*. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1954.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Diário da expedição de Gomes Freire de Andrada às Missões do Uruguai*. Rio de Janeiro, tomo XV, 1853.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Brasília: Senado Federal, 2002.
- SILVEIRA, Hemetério José Velloso da. *As Missões Orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Companhia União de Seguros Gerais, 1909.

Recebido em: 01/02/2026

Aceito em: 27/06/2026